

## **Festa, Desigualdade e Cidadania no Maranhão dos Bumbas (c. 1900-40)**

Antonio Evaldo Almeida Barros\*

**RESUMO:** Na primeira metade do século XX, durante os festejos juninos, a ilha de São Luís se convertia num mundo de festas marcado particularmente pelos grupos de bumba-meu-boi. Através de uma etnografia histórica desses festejos, podem-se reconstituir experiências de diferentes sujeitos e setores sociais, formas de exercício do poder numa sociedade hierarquizada, modos como os sujeitos lidavam com diferenças e desigualdades, e notar a manifestação de processos originais de reivindicação de cidadania naquelas primeiras décadas do Brasil republicano. Tempo de ritualização das hierarquias sociais, nessa ocasião festiva, as práticas e linguagens de cidadania podiam se confundir com as práticas e linguagens da festa, sobretudo quando a própria cidade constituía o tema das negociações entre os brincantes, geralmente oriundos das zonas rurais e dos subúrbios, e os setores dominantes, ocasião em que o povo-de-boi não raro conseguia relativizar ou modificar os códigos legais que proibiam que suas organizações festivas fossem até as áreas urbanas centrais. Para muitos homens e mulheres, especialmente pobres e negros, a última semana de junho era uma ocasião para se cantar a existência, manifestar a alteridade e também reivindicar direitos. Na e através da festa promovia-se a mudança social.

**Palavras-chave:** Festa. Desigualdade. Cidadania

Quando chegavam os dias dos santos que gostam de fogo, a ilha de São Luís se convertia num “verdadeiro mundo carnavalesco” (O GLOBO – OGB, 2/7/1942), uma ocasião ímpar de lazer e devoção, e sobretudo de muitas festas, tempo em que gente de todas as qualidades se espalhava pelas ruas, caminhos e estradas em busca de celebrações religiosas, bailes e jogos, danças, brincadeiras e tambores. Mas esses sujeitos se apropriavam de maneira variada desse repertório festivo.

Diversas barracas, com suas bebidas, jogos e fuzarcas, eram montadas no Caminho Grande, uma longa e estreita estrada de terra que cortava horizontalmente a ilha, tendo ao lado, em parte de sua extensão, uma ferrovia ou linha de bonde, ligando a zona urbana da cidade, a oeste da ilha, à vila de Ribamar, no extremo leste de São Luís. As pessoas se deslocavam intensamente em busca dos pontos mais atrativos dos festejos em algum subúrbio ou vila. Enquanto uma dezena de homens, entre “malabarismos e mandonismos” (BUZAR, 1998), tentava governar o Estado naquelas primeiras décadas de República e durante os tempos de Vargas, outros governos e desgovernos, freqüentemente em (des)encontro com aquela política “séria”, seriam orquestrados nos festejos juninos.

---

\* Universidade Estadual de Campinas, Doutorando em História, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

No mês em que praticamente tudo era visto como e em festa no Maranhão, nada despertaria mais atenção da maioria dos diferentes e desiguais sujeitos que viviam em São Luís do que os grupos de bumba-meu-boi, que surgiam de todos os recantos e transformavam a ilha nessa temporada. Essas brincadeiras em geral resultavam de um pagamento de promessa feita a alguma entidade espiritual, sobretudo os santos do catolicismo, como São João, embora também haja notícias de que alguns voduns do tambor de mina gostavam de ter bois em seus terreiros por ocasião desses festejos. Às vezes, aquele que fazia a promessa era o mesmo que organizava o bumba. Essa promessa podia passar de geração a geração. Assim, preparando-se para as festas, bem antes do mês de junho, os grupos se formavam, organizavam-se e ensaiavam suas danças e toadas. Caprichava-se na montagem do “couro”, uma cobertura de papel, tecido, veludo ou outro material de uma armação de madeira com o formato de um boi. Um mesmo agrupamento, composto por homens, mulheres e/ou crianças, e ainda seus acompanhantes, podia ter um ou mais couros, cuidadosamente nomeados, e também mais de um “miolo”. Este era o homem que pegava o couro, colocava-o sobre o corpo e balançava-o, dando-lhe ritmo. Enquanto isso, os brincantes, em diferentes funções, tocavam matracas, pandeiros ou tambores, e repetiam em uníssono as toadas e canções do ano, o cantador e guia do bumba. Os grupos disputariam ferrenhamente alguns miolos, tocadores e, sobretudo, os amos, embora estes pudessem ser fiéis às suas “tropas”. De fato, sabe-se que muitos deles eram os donos dos bois nos quais cantavam, dançavam ou tocavam. Alguns grupos eram contratados para fazer suas apresentações, outros, entretanto, pareciam fazê-lo gratuitamente, mas quase sempre ao menos em troca de tiquira (cachaça destilada de mandioca). Terminadas as festas, matava-se ritualmente o boi, uma ocasião de muitas dramatizações e encenações cômicas realizada geralmente no mês de julho, até que no outro ano ele seria ressuscitado e uma outra festa começava.

\*\*\*

Era comum que sujeitos de diferentes setores sociais desejassem pagar uma promessa oferecendo um boi aos santos, para o que, pediam e patrocinavam outrem, em geral, um “dono” ou “dona” de boi, para que este organizasse a brincadeira. Situações como esta implicavam em muitos desdobramentos e constituíam ocasiões significativas para se observar formas de teatralização do poder, para se notar modos como os sujeitos acionavam determinadas estratégias e negociavam entre si em uma sociedade hierarquizada.

Até início dos anos 1950 tentou-se afastar legal e oficialmente os bumbas do Centro de São Luís, embora este movimento tenha sido descontínuo e heterogêneo. As idas e vindas em relação à permissão ou proibição de os bumbas serem realizados, ou se poderiam freqüentar o

perímetro urbano, além dos subúrbios e dos interiores, parece ter sido a tônica da Primeira República e dos anos 1930-7. Tudo indica que, ao longo do século XX, o único momento em que houve uma política regular e em médio prazo proibindo que os bumbas frequentassem o centro da capital maranhense foi do Estado Novo a início dos anos 1950, mais precisamente, de 1938 a 1952. Neste período, quando também se intensificaria a atuação dos folcloristas e outros letrados preocupados com o lugar e o significado do que chamavam de “tradições populares”, identificando os bumbas como símbolo máximo da cultura e identidade regional, essa parece se tornar uma política do Estado e não dependente da personalidade ou do estilo de um ou outro chefe da polícia civil, ou chefe político municipal ou estadual, como parece ter sido no período anterior. Algumas vezes, como em 1905 (PACOTILHA O GLOBO – PGB, 24/6/1905) e 1948 (OGB, 24/6/1948), as portarias policiais proibiam a realização dos bumbas, mas geralmente o que se estabelecia eram critérios para a realização dos festejos juninos, determinando em especial exatamente até que ruas os bois poderiam brincar, tentando afastá-los das zonas centrais de São Luís (PGB, 20/6/1918, p. 1; TRIBUNA – TRB, 23/6/1933; DIÁRIO DO NORTE – DNT, 24/6/1939, p. 3; OGB, 22/6/1940, p. 2; 24/6/1944, p. 2; MARANHÃO, 1946; 1947; 1948; 1949; 1952).

Entretanto, efetivamente, as portarias e os indeferimentos de licenças, que constituíam um campo de batalha particularmente entre os brincantes e as autoridades, nem sempre conseguiam impedir a entrada dos bumbas na zona mais urbanizada da cidade. Além do fato de que alguns grupos ignoravam as proibições oficiais, o que poderia acarretar-lhes, por exemplo, a perda de suas licenças (DNT, 1/7/1939, p. 6), pessoas que ali moravam, muitas das quais promesseiras, podiam pedir para que os grupos de boi fossem se apresentar às portas de suas casas (OGB, 17/6/1947). Padres e chefes de polícia – em certas situações, provavelmente porque não tinham outra escolha – podiam aceitar algumas argumentações dos brincantes, como a idéia de que o santo ficaria insatisfeito e a promessa seria descumprida se os bois deixassem de ir, por exemplo, até a Igreja de São João, localizada no centro da cidade. Estas situações parecem ter sido comuns e devem ter contribuído para que, em algumas ocasiões, como em 1949, fosse oficialmente liberada a ida dos bois ao centro durante os festejos (PGB, 31/6/1949), quando poucos dias antes uma tal situação era claramente proibida (MARANHÃO, 8/6/1949). De fato, a presença dos bois era intensa e difundida. Essas práticas pareciam estar sedimentadas em firmes padrões costumeiros, mais ou menos, coletivamente partilhados, e os códigos oficiais foram muitas vezes construídos em negociações nas quais o povo-de-boi teve participação efetiva.

A caminho de seus locais de apresentação, como terreiros e arraiais, e à porta de bares,

igrejas e casas, grupos de bois dos mais variados matizes e origens podiam se encontrar, bois “do mato” (TRB, 22/6/1934) e de “gente da cidade” (DNT, 26/6/1938, p. 1), organizados por sujeitos que se identificavam, de diferentes modos e intensidades, por amizade, status e profissão, família, sexo e geração, municípios, bairros e vilas, como o *Campeão da Ilha* do lavrador José de Souza que, com seu “batalhão”, prometia representar bem seu lugarejo do interior de São Luís; o *Prometido*, uma justa oferenda a São José por ter facilitado os negócios de Almir Reis que, com um grupo de amigos, formou uma boa tropa, iniciando suas atividades na vila de Ribamar, onde era padroeiro aquele santo; (TRB, 22/6/1934) o *Boi Afrontador*, também resultado de uma promessa, mas esta feita a São João por um entregador de jornais (TRB, 24/6/1934, p. 5; 29/6/1934, p. 3); o *Flor do Caju*, organizado por um grupo de pescadores, marisqueiros e outros “marítimos”; o *Boi do Belira*, de responsabilidade de Antonio Nunes, motorista e inspetor de quarteirão de um subúrbio colado ao centro da capital, onde realizava seus ensaios (TRB, 22/6/1934); o boi de “dona” Teodora Costa, que estreou em 1932 como pagamento de promessa a São José (TRB, 24/6/1932, p. 7); o *Boi de Guimarães*, afamado e respeitado batalhão do interior do Maranhão, que vinha do continente à ilha enfrentando horas de viagem a barco, em uma área reconhecida como de difícil navegação, só para os festejos (PACOTILHA – PCT, 25/6/1924, p. 5; TRB, 29/6/1934, p. 3); o *Boi da Maioba*, da zona rural, afamado e temido pelo menos desde 1899 (PCT, 22/6/1899, p. 2), e que existe até os dias atuais, sendo nomeado nos anos 1930-40 como *Imperador da Ilha*; e o *Reparador*, do subúrbio da Madre Deus, que, em 1939, junto com o *Imperador* tiveram suas licenças cassadas por terem desobedecido a portaria que proibia que dançassem no perímetro urbano de São Luís (DNT, 1/7/1939, p. 6).<sup>1</sup>

Nesse cenário, era fácil que os grupos de bois se encontrassem, e nestas ocasiões era relativamente comum que eles explicitassem com maior ou menor intensidade, usando palavras ou armas, suas diferenças, o que podia resultar em manifestações de violência generalizada. Mas apesar de a imprensa argumentar que a prova da incivilidade, da irracionalidade e da perversão das classes pobres poderia ser verificada durante os festejos

---

<sup>1</sup> Ou ainda, os bois *Prenda de Amor* e *El Dourado* compostos por mulheres, no caso, “filhas de Eva” (TRB, 20/6/1930, p. 5; 26/6/1930, p. 2), e não de Maria! Bois de crianças (TRB, 24/6/1932, p. 7; JORNAL PEQUENO – JPQ, 22/6/1957, p. 5); o *Flor do Comércio*, boi provavelmente patrocinado por comerciantes, para cuja festa de morte todos eram convidados (PCT, 20/7/1928, p. 4); o *Flor da Zona* (DNT, 7/6/1938, p. 4), possivelmente uma referência às zonas de meretrício, muito comuns ao redor dos diferentes arraiais por onde se apresentavam os bumbas e se concentravam os festejos; o boi do “mulato” Secundino, amo cuja “voz agrada bastante, e tem boas inspirações”, sobretudo defronte da “tropa adversária” (TRB, 25/6/1933); outro boi da Madre Deus, cujo amo de 1908 a 1939 foi Zé Igarapé, tido como “bom na trova e na capoeira” (OGB, 25/6/1947), e que chegou a ser vigiado pela polícia acusado de ter matado um membro do boi de Cururupu, município do interior do estado, em um confronto.

juninos, especialmente por ocasião dos encontros de bumbas, tudo indica que havia códigos e regras que guiavam os grupos de bois, norteando, inclusive (ou talvez sobretudo), seus confrontos, pois, como sugestivamente cantava um amo no início dos anos 1930, “vamos brincar com jeito, camaradas, pois a morte não é vingança e a pose não vale nada” (TRB, 25/6/1933). A violência certamente não era gratuita, como diziam os jornais. Obviamente, deve-se reconhecer que havia casos em que alguns grupos, ao encontrar-se, confraternizavam-se festivamente, e até poderiam produzir ritmos híbridos nessa oportunidade.

Era grande a preocupação com a indumentária dos brincantes, a ornamentação dos materiais, a produção musical, poética e dramática dos bumbas. Os registros de toadas (por exemplo, TRB, 25/6/1933; DNT, 2/11/1939; OGB, 25/6/1947; 5/7/1948) e das múltiplas dramatizações que costumavam ser realizadas durante as apresentações possibilitam observar agendas sociais significativas para os brincantes, e que se tornavam públicas. Os temas frequentes dessas canções e dramatizações faziam referência sobretudo a elementos do cotidiano desses sujeitos, das suas histórias pessoais, do povoado, da região, da nação, do mundo. A rebeldia e o enfrentamento também eram comumente tematizados, e diversas pessoas poderiam ser homenageadas ou ridicularizadas, de prostitutas e donas de casa a políticos e comerciantes. Elas seriam “uma versalhada alusiva aos principais acontecimentos políticos e sociais ocorridos no ano” (TOBLER, 1949), seriam “modernizadas”, pois “adaptam-se ao momento. São um mixto de ironia e malícia disfarçadas” (LEMOS, 1940). De fato, a crítica social e política parecia ser um elemento constituinte dessas organizações. Não estranha que, por ocasião dos concursos de bois, que aparecem nos anos 1930 e teriam um importante papel no disciplinamento e controle dessas organizações festivas, fossem descontados pontos daqueles que cantassem toadas consideradas “políticas”.

O fato é que, para muitos homens e mulheres, especialmente pobres e negros, a última semana de junho era uma ocasião privilegiada para se cantar a existência, manifestar a alteridade e reivindicar e conquistar direitos. Na e através da festa promovia-se a mudança social.

\*\*\*

Os grupos de bumba-meu-boi se apresentavam em diferentes lugares, de casas de famílias a grandes arraiais. Entretanto, costumava haver um lugar onde a maioria deles passava, onde se concentravam os festejos. A escolha desse local estaria relacionada à disponibilidade, à adaptação e ao desejo dos brincantes e da população em geral. Até os anos 1910, esse lugar era o Anil, uma vila. A partir dos anos 1920, quando, num processo anunciado como de “modernização” da cidade, algumas pessoas em São Luís passariam a ter

acesso a energia e bondes elétricos (em 1924), além de rede de água e esgoto (em 1925), o João Paulo, um subúrbio, passaria a ocupar tal centralidade. A passagem do Anil ao João Paulo foi acompanhada por uma série de discussões na imprensa, e parece ter envolvido diferentes grupos de bumba-boi, setores da imprensa, chefes de polícia e alguns intelectuais.<sup>2</sup>

Tudo indica que o deslocamento do núcleo dos festejos juninos da vila do Anil ao subúrbio do João Paulo se vincula aos processos sociais que marcariam a passagem da Primeira República ao período seguinte, particularmente às mudanças nas relações sociais, quando se poderia observar a manifestação de formas e processos originais de reivindicação e construção do exercício da cidadania. Se o Anil seria para as elites um espaço de “recreação do espírito” (PEREIRA, 1929), no João Paulo os festejos teriam se transformado em festas de grande massa popular, “festejos da patuléa, em vez de ser de todas as classes” (PEDRO, 1941) – como reclamavam saudosamente alguns cronistas.

Comparando, em 1941, as festas juninas do passado e do presente, um certo João Pedro observa que “há uns trinta anos atrás” as festas juninas seriam marcadas por “alegria espontânea e cordialidade sincera”, quando tudo se realizaria em “ambiente familiar” (PEDRO, 1941). Nesta romântica rememoração, bois alegres e dóceis apresentar-se-iam para as elites num dos cafés para elas preparados no interior da ilha. Uma imagem que evidencia, antes de tudo, ambiente familiar e cordialidade. Desconsiderando-se que regras e hierarquias sempre existiram na festa, na visão nostálgica de João Pedro se afirma que aquele ambiente fora destruído quando os festejos “passaram aos subúrbios”, ocasião em que teriam perdido “o caráter de festas da sociedade” (PEDRO, 1941). É possível que muitos membros das elites tenham tido dificuldade em lidar com as festas juninas no João Paulo, que se tornariam encontros de grande massa popular, ao mesmo tempo em que entraria em desuso a ida da gente de “bom tom” para os sítios nos interiores da ilha.

---

<sup>2</sup> Vila habitada por pessoas pobres, a maioria das residências do Anil era de pau-a-pique. Entretanto, como pontos destoantes desse cenário, ao longo do século XIX, foram surgindo nessa localidade sítios e vivendas de pessoas que viviam no Centro e que, sobretudo durante a Primeira República, nas ocasiões de lazer e veraneio, deslocavam-se para os interiores da Ilha, especialmente para o Anil. Localizado entre esta vila e a zona urbana de São Luís, o João Paulo, desde o seu nascimento no final do século XIX, não era visto como uma vila interiorana, ligava as zonas centrais e suburbanas às vilas e lugarejos. O surgimento desse bairro cujas ruas começariam a ser calçadas somente em 1957, sendo até então sobretudo de piçarra, relaciona-se de maneira muito particular à eclosão das fábricas têxteis na capital maranhense no final do século XIX. Era habitado principalmente por operários que trabalhavam em fábricas e por pessoas oriundas do interior do estado para as quais a prefeitura de São Luís doara lotes de terra para plantações. O fato é que, na primeira metade do século XX, o João Paulo passaria de um bairro meramente residencial a um importante centro cultural e comercial de São Luís, transformando-se na “metrópole suburbana” (DNT, 22/8/1940, p. 2). As centralidades comercial, festiva e cultural conquistadas pelo João Paulo foram fenômenos concomitantes, e acompanhadas do abandono dos sítios rurais (como aqueles do Anil) pelas elites maranhenses nos anos 1910-30.

Em crônica escrita no início dos festejos juninos de 1929, Pereira, a exemplo de outros cronistas particularmente naqueles últimos dias de Primeira República, manifestava saudade dos coronéis, capitães e majores que receberiam seus amigos em seus sítios no Anil, onde assistiam aos bois e proseavam. Lembrava-se que “hontem”, ao se aproximar a temporada junina, começava o êxodo alegre das famílias maranhenses para o interior da Ilha. Ao lado dessas famílias, “attento e respeitoso, o capitão Firmino Pires acomodava as senhoras nos melhores lugares” para ver os bumbas. A “negrada” podia dançar alimentada pela “tiquira”, mas ordem, respeito e distinção seriam mantidos. À meia noite, geralmente após a passagem do(s) boi(s), servia-se uma mesa farta e variada. Para esses sujeitos, os interiores durante os festejos juninos seriam espaços de “recreações do espírito”. Quando o João Paulo começa a ascender a ponto central dessas festas, muitos daqueles que viveram os tempos do Anil, só conseguem ver o boi como “sem fama e sem glória”. (PEREIRA, 1929)

Se as elites desejariam, durante os festejos, afastar-se da cidade e viajar para as zonas mais rurais, aqueles que viviam nestas zonas, em certa medida, almejavam o inverso. De fato, havia a idéia de que as festas juninas “sempre viveram intensamente, quanto mais afastadas do centro urbano. Quanto mais distantes melhor apresentam as suas lógicas do próprio interior popular” (OGB, 2/7/1942, p. 4). Havia um imaginário social, não circunscrito ou reduzido ao mundo dos chamados folcloristas, cuja pretensão era preservar o que se entendia por tradicional o mais distante possível da urbanidade, como se esta tivesse o poder de descaracterizá-lo.

A ida dos bumbas para o João Paulo significaria, até certo ponto, um questionamento a essa idéia. Havia muitos bois organizados no interior da ilha de São Luís, isto é, para muito além das imediações do Anil e do João Paulo. Para esses grupos, era menos difícil, do ponto de vista da locomoção, quando as festas eram no Anil. Esta vila estava muito mais próxima deles. Entretanto, ainda assim, eles preferiam festejar até o João Paulo, e mesmo até o Centro, num tempo de difícil acesso, quando a única estrada de rodagem, o Caminho Grande, que não atingia todos os lugares, apresentava-se continuamente em péssimas condições. De outro lado, o João Paulo, como local de despedidas, era mais confortável para aqueles bois organizados mais próximos do Centro, os bumbas dos subúrbios. A cidade era um espaço real e um campo simbólico de disputas e tensões que se manifestavam de maneira particular durante os festejos juninos.

Chegando a este ponto, uma suspeição mereceria ser colocada. Ora, parece haver uma relação entre a representação dessas práticas festivas como tradicionais e arcaicas (para o bem ou para o mal, este seria seu legítimo lugar no mundo), a proibição de que elas, nos seus dias

mais intensos, fossem ao (civilizado) centro da cidade, a forte desigualdade social e racial que marcava a região, e a negação aos brincantes e festeiros de que suas práticas fossem lugar de crítica política e reivindicação de cidadania. De fato, é possível que, ao engendrar-se um conjunto de idéias e representações sobre os bumbas que os relacionavam diretamente ao passado, ao imutável e necessário mundo da tradição (lido como algo antagônico à “civilização” e ao “progresso”),<sup>3</sup> construía-se também um repertório ideológico que justificaria o afastamento dos agentes sociais relacionados aos bumbas das (perspectivas de) mudanças e transformações sociais do presente (e do futuro), particularmente aquelas referentes à conquista de direito e cidadania. Neste caso, não permitir que os bumbas fossem à cidade durante os dias fortes dos festejos juninos foi algo tão real quanto a exclusão social de grande parte daqueles que freqüentemente se encarregavam de produzir essas brincadeiras. Assim, a ocupação – comumente proibida – coletiva do centro de São Luís pelos grupos de boi (exatamente durante os dias fortes daquela que era, reconhecidamente, a mais importante festa do estado) poderia ser interpretada como um grito de existência, uma manifestação de alteridade e uma ocasião de reivindicação de cidadania. Aqui, estaria a “cultura” em mobilização na dinâmica e na mudança social?

## REFERÊNCIAS

### Fontes

### Periódicos

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 1937-45.

JORNAL DO DIA. Um Órgão a Serviço da Verdade. São Luís, 1950-60.

O GLOBO. Jornal da Manhã. São Luís, 1939-49.

PACOTILHA. Hebdomadário crítico e noticioso. São Luís, 1880-1938.

PACOTILHA – O GLOBO. São Luís, 1949-58.

TRIBUNA. Matutino Independente. São Luís, 1930-7.

---

<sup>3</sup> Construiu-se, sobretudo nos meios letrados, um padrão ideológico segundo o qual a “civilização” dos bumbas implicaria irremediavelmente sua descaracterização. Um exemplo direto e incisivo desta interpretação observa-se em José Sarney COSTA (1953). Ele afirmava que os bumbas estavam “recebendo influências impuras e numa fase de decadência o tema das ‘tiradas’ [quando se cria uma canção a exemplo de como fariam aos repentistas] adquire caráter banal, liberto da preciosa ingenuidade primitiva, e o ritmo absorve marcações ‘civilizadas’” (COSTA, 1953, p. 10).



### **Literatos, memorialistas, folcloristas e outros**

- COSTA, J. S. Notas sobre o Bumba-meu-boi. **O Imparcial**. São Luís, 26 de jul. de 1953.
- LEMOS, B. Festas tradicionais de nossa terra. **Diário do Norte**, São Luís, 23 de jun. de 1940.
- PEDRO, J. Festa de São João. **Diário do Norte**, São Luís, 25 de jun. de 1941.
- PEREIRA, R. São João de ontem e São João de hoje. **Folha do Povo**, São Luís, 22 de jun. de 1929.
- TOBLER, J. Tradição e crença de um povo. **Correio de Timon**, Timon, 19 de jun. de 1949.

### **Outros documentos impressos**

- MARANHÃO. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**. Polícia Civil. Portaria n. 56, de 23 de junho de 1946.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 49, de 17 de junho de 1947.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 28, de 19 de jun. de 1948.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 21, de 8 de jun. de 1949.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 46, de 30 de maio de 1952.

### **Bibliografia**

- ABREU, M. **O império do Divino**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.
- BUZAR, B. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão**. São Luís: Lithograf, 1998.
- CERTEAU, M. de. A beleza do Morto. In.: \_\_\_\_\_. **A Cultura no Plural**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- DAVIS, N. Z. **Culturas do povo**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SOIHET, R. **A subversão pelo riso**. Rio de Janeiro: Editora Fundação G. Vargas, 1998.